
Banco J.P. Morgan S.A.
Demonstrações contábeis consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Banco J.P. Morgan S.A.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(b) e 7, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis.

Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros derivativos no contexto das demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

- Atualização do nosso entendimento dos principais processos e testes sobre a efetividade dos principais controles relevantes relacionados aos processos de registro e confirmação dos dados das operações, bem como reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.
- Adicionalmente, confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos extraídos dos sistemas subjacentes, que demonstram os saldos por operação, bem como, com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros derivativos de acordo com as boas práticas de mercado.

Consideramos que os critérios adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco J.P. Morgan S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

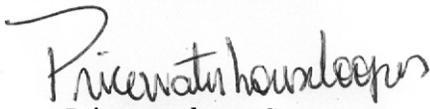
Banco J.P. Morgan S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço patrimonial consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

		2024	2023
Ativo	Nota		
Disponibilidades		142.273	58.077
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	5 e 6	40.808.760	61.419.703
Instrumentos de dívida		16.972.373	22.525.889
Instrumentos de patrimônio		1.316.769	680.611
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		16.030.073	32.874.473
Instrumentos financeiros derivativos		6.489.545	5.338.730
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7	-	35.089
Instrumentos de dívida		-	35.089
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		29.923.564	26.735.739
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8a	3.261.973	3.368.949
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8b	25.575.057	22.334.407
Outros ativos financeiros	8c	1.086.534	1.032.383
Ativo tangível	9	112.518	118.711
Ativo intangível	10	-	1.825
Créditos tributários		1.112.646	646.955
Correntes		159.482	9.092
Diferidos	14	953.164	637.863
Outros ativos	12	3.218.855	3.668.940
Total do ativo		75.318.616	92.685.039
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		10.542.219	10.488.840
Instrumentos financeiros derivativos	6	5.479.437	7.370.023
Obrigações por empréstimos	11a	5.062.782	3.118.817
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11b	50.790.380	70.132.066
Depósitos de clientes		18.670.959	24.800.317
Depósitos de instituições financeiras		568.666	498.121
Obrigações por empréstimos		25.325.043	39.515.974
Outros passivos financeiros		6.225.712	5.317.654
Provisões	13a.1	595.876	576.029
Passivos fiscais		1.462.472	1.189.467
Correntes		209.266	616.290
Diferidos	14	1.253.206	573.177
Outros passivos	12	983.363	787.558
TOTAL DO PASSIVO		64.374.310	83.173.960
Patrimônio líquido	15		
Capital		5.982.550	5.257.250
Reservas		4.961.756	4.258.886
Resultado abrangente acumulado		-	(117)
Ações em tesouraria		-	(4.940)
Total do patrimônio líquido		10.944.306	9.511.079
Total do passivo e patrimônio líquido		75.318.616	92.685.039

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receitas com juros e similares	16a	8.725.082	8.983.277
Despesas com juros e similares	16b	(5.092.975)	(5.656.687)
Receita líquida com juros		3.632.107	3.326.590
Provisões para perda de crédito	8	(60.404)	(19.818)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		3.571.703	3.306.772
Receita de tarifas e comissões	17	1.208.344	1.141.445
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	16c	6.929.343	(3.556.802)
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial	18	(7.564.469)	3.717.103
Total de receitas		4.144.921	4.608.518
Despesas tributárias	19	(177.034)	(240.159)
Despesas com pessoal		(1.356.539)	(1.147.719)
Outras despesas administrativas	20	(552.569)	(455.635)
Depreciação e amortização	9 e 10	(24.902)	(27.894)
Outras receitas (despesas)		57.357	(34.071)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		2.091.234	2.703.040
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	(565.424)	(794.805)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		1.525.810	1.908.235
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		269,82	337,44
Média ponderada das ações em circulação			
Ações ordinárias		5,655	5,655

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Lucro líquido e resultado consolidado do exercício		1.525.810	1.908.235
Outros componentes do resultado abrangente		117	7.652
Variação do valor justo dos ativos mensurados a VJORA		117	7.652
Total do resultado abrangente do exercício		1.525.927	1.915.887

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	Reservas						Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Total
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Reservas de capital				
Em 31 de dezembro de 2022	<u>3.712.500</u>	<u>340.000</u>	<u>24.939</u>	<u>397.506</u>	<u>3.161.886</u>	<u>45.155</u>	-	(7.769)	(4.940)	<u>7.669.277</u>
Aumento de capital	15 1.090.000	114.750	-	-	(750.000)	-	-	-	-	454.750
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	6.165	-	-	-	6.165
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo	-	-	-	-	-	-	-	7.652	-	7.652
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.908.235	-	-	1.908.235
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	15 -	-	-	76.487	-	-	(76.487)	-	-	-
Reserva estatutária	15 -	-	-	-	1.296.748	-	(1.296.748)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 94.606,54 por ação)	15 -	-	-	-	-	-	(535.000)	-	-	(535.000)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>4.802.500</u>	<u>454.750</u>	<u>24.939</u>	<u>473.993</u>	<u>3.708.634</u>	<u>51.320</u>	-	(117)	(4.940)	<u>9.511.079</u>
Aumento de capital	15 1.143.500	(418.200)	-	-	(200.000)	-	-	-	-	525.300
Cancelamento ações em tesouraria	-	-	-	-	(4.940)	-	-	-	4.940	-
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo	-	-	-	-	-	-	-	117	-	117
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.525.810	-	-	1.525.810
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	15 -	-	-	76.291	-	-	(76.291)	-	-	-
Reserva estatutária	15 -	-	-	-	831.519	-	(831.519)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 109.283,82 por ação)	15 -	-	-	-	-	-	(618.000)	-	-	(618.000)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>5.946.000</u>	<u>36.550</u>	<u>24.939</u>	<u>550.284</u>	<u>4.335.213</u>	<u>51.320</u>	-	-	-	<u>10.944.306</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		1.943.433	1.922.819
Lucro líquido		1.525.810	1.908.235
Ajuste ao lucro líquido			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		92	(144)
Depreciação e amortização	9 e 10	24.902	27.894
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		364.632	(40.439)
Constituição de provisões	13a.2	26.172	27.273
Baixa de intangível		1.825	-
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais		4.215.207	6.278.823
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		6.736.545	4.816.315
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		35.206	1.303.619
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(3.295.074)	1.565.340
Ativos fiscais correntes		(150.390)	17.399
Outros ativos		450.181	(1.802.662)
Juros recebidos		438.739	378.812
(Redução) / Aumento líquido nos passivos operacionais		(6.222.978)	8.743.789
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		53.379	(1.880.814)
Passivos fiscais correntes		311.793	60.606
Depósitos		(6.058.813)	10.597.306
Outros passivos		189.480	740.024
Imposto de renda e contribuição social pagos		(718.817)	(773.333)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente de atividades operacionais		(64.338)	16.945.431
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(18.709)	(25.581)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(18.709)	(25.581)
Atividades de financiamentos			
Passivos financeiros ao custo amortizado		(13.282.873)	(10.195.665)
Dividendos ou juros sobre capital próprio	15	(618.000)	(535.000)
Aumento de capital	15	525.300	454.750
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(13.375.573)	(10.275.915)
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		(13.458.620)	6.643.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	54.692.025	48.047.946
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio		(92)	144
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	41.233.313	54.692.025
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		(13.458.620)	6.643.935

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Relatório da Administração

Apresentação

Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho

No exercício de 2024 o Banco apresentou um lucro de R\$ 1.525.810, uma redução de 20% em relação ao exercício anterior, no qual apresentou lucro de R\$ 1.908.235. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 totalizava R\$ 10.944.306, um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

Índice de Basileia

O Banco adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 22,26%, sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 4.037.888.

Gerenciamento de Risco

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Resolução BCB nº 54, no âmbito da Resolução CMN nº 4.557, também estão disponíveis no site acima.

São Paulo, 27 de março de 2025

A Diretoria

* * *

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco”) e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,7% de seu capital.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan” ou “Consolidado”), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Multimercado Fundo de Investimento.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um Consolidado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas por sua Diretoria em 27 de março de 2025.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e outras informações

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), traduzidos para a língua portuguesa pelo Ibracon, entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

b. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para consolidação das

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 4).

d. Classificação dos instrumentos financeiros para fins de apresentação

- . "Disponibilidades" - saldos de caixa.
- . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - incluem os empréstimos e financiamentos concedidos a clientes pelo Consolidado.
- . "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, inclusive aqueles representados por títulos.
- . "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- . "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos Financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a receber da intermediação referente operações realizadas na Bolsa (exceto futuros).
- . "Instrumentos financeiros derivativos" - inclui o valor justo dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- . "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos à vista e a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- . "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- . "Obrigações por empréstimos" - são representados por recursos captados em instituições

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.

- "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações interfinanceiras.

e. Reconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS 9)

Tal pronunciamento estabelece requerimentos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de *impairment* e *hedge accounting*. Os principais aspectos desta norma seguem destacados abaixo:

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

Classificação de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda de instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) - essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Passivos financeiros – São mensurados ao custo amortizado a não ser que sejam classificados a valor justo por meio do resultado devido ao modelo de negócio cuja característica seja de negociação.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Consolidado pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado ativos e passivos financeiros que atendam às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que tal designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Destacamos que tal opção não foi utilizada pelo Consolidado.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modelo de negócios

Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para gerar fluxos de caixa e depende das intenções de cada linha de negócios em relação a um instrumento individual. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

É necessária a aplicação do SPPI *test* para os ativos financeiros dos modelos de negócios i) e ii).

SPPI *test*

É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, onde os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Nos casos em que os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros só devem ser reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios do Consolidado.

Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

O Consolidado baixa um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

Compensação

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza e materialidade, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Instrumentos de patrimônio

São instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

O Consolidado mensura todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a linha de negócio escolhe, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do Consolidado é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros classificados nas categorias VJORA e VJR são mensurados ao valor justo.

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos e determinadas operações compromissadas, são mensurados ao custo amortizado.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros da demonstração consolidada de resultado.

Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotam o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição do Consolidado ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "VJR" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros classificados como VJORA são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- Instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- Outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de uma provisão para perdas esperadas de crédito (“ECLs”). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e para compromissos específicos relacionados a empréstimos, tais como compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira. A medição das ECLs deve refletir:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação de uma gama de resultados possíveis;
- b) O valor do dinheiro no tempo; e
- c) Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

I. Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde que foi inicialmente reconhecido:

- Estágio 1 - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2 - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3 - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 3

Os instrumentos financeiros são incluídos no Estágio 3 quando houver evidência objetiva de redução do valor recuperável na data do balanço. Para os instrumentos Estágio 3, a ECL é calculada considerando a probabilidade de inadimplência sobre a vida útil remanescente de cada instrumento em uma base de ativo individual.

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador;
- Quando houver atraso ou não pagamento;
- O Consolidado viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte;
- Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária;
- Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou
- Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida.

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Consolidado define '*default*' para fins internos de gerenciamento de risco de crédito.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considera-se que um ativo financeiro deixou de estar em *default* quando o tomador efetuou pagamentos por um período mínimo de seis meses e há outra evidência objetiva de melhoria de crédito.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 2

Os instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial para o qual não há evidência objetiva de *impairment* estão incluídos no Estágio 2.

Para instrumentos no estágio 2, a avaliação da redução ao valor recuperável é calculada considerando a probabilidade de não pagamento ao longo da vida restante do instrumento em uma base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

O Consolidado avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos

O Consolidado determina se a probabilidade de uma inadimplência (PD) ocorrer mudou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração no PD exceder certos limites relativos e absolutos, o instrumento passou por um aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios qualitativos

O Consolidado monitora os tomadores que podem ser prejudicados, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. O Consolidado também monitora as mudanças nos ratings internos de risco de crédito (em relação ao *rating* de crédito no reconhecimento inicial) e os gatilhos de inadimplência para determinar se um tomador sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 1

Os instrumentos financeiros que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial estão incluídos no Estágio 1 a menos que sejam comprados ou originados com problemas de crédito. Para os instrumentos no Estágio 1, a provisão para perdas é calculada considerando a probabilidade de *default* nos 12 meses após a data de reporte numa base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

II. Metodologia de estimativa de perda esperada “*impairment*”

Os seguintes fatores são considerados para a mensuração de perda esperada:

- PD: O modelo estima a probabilidade de *downgrade* e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- EAD: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria e fatores macroeconômicos.
- LGD: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada por meio da utilização da PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

f. Ativo tangível

O ativo tangível inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, terrenos e edifícios, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada)

g. Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

h. Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são totais ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

i. Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

j. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. As provisões para garantias financeiras estão detalhadas na nota 8 (d).

k. Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

l. Benefícios a funcionários

Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.

No exercício de 2024, houve uma alteração na forma como os pagamentos a matriz são tratados. Anteriormente, o pagamento era determinado pelo menor valor entre o *grant* e o *vesting*, o que poderia resultar em um aumento na reserva de capital da Instituição caso o valor do *vesting* fosse inferior ao do *grant* na ocasião do repagamento à matriz. Com a nova mudança, o valor do pagamento passou a ser exclusivamente baseado no *grant*, eliminando impactos na reserva de capital.

m. Impostos

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00.

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20% para as entidades bancárias e à alíquota de 15% para as demais instituições financeiras Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2024:

- (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre ajustes temporários a serem realizados; e
- (ii) para as instituições financeiras bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% e para as demais instituições financeiras de 15% sobre ajustes temporários.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

n. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

o. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são calculados e pagos conforme as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido.

p. Estimativas e premissas críticas

Os impactos mais significativos em saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritos nas notas 3 (e (II)), 3 (i), 14 e 24 (II).

q. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

r. Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Receita e despesa com juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferir receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita proveniente de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

s. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 3 meses e sejam utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes a caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 3 meses):

	2024	2023
Disponibilidades	142.273	58.077
Aplicações em operações compromissadas	22.186.572	32.320.812
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	18.499.999	21.569.999
Aplicações em moeda estrangeira	404.469	743.137
Total	41.233.313	54.692.025

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos de dívida, patrimônio, empréstimos e adiantamentos e carteira de câmbio

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios:

- Títulos públicos federais e títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos brasileiros têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Títulos classificados como VJORA, que não se enquadram como para VJR nem como custo amortizado, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada “ajuste de avaliação patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.

. Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

. Operações compromissadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado considerando prazos e vencimentos similares.

	2024		
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos / (perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	16.985.099	(12.726)	16.972.373
Títulos de dívida do governo brasileiro	12.720.578	(117.144)	12.603.434
Títulos de dívida de governo estrangeiro	4.264.521	104.418	4.368.939
Instrumentos de patrimônio	1.456.490	(139.721)	1.316.769
Ações listadas em bolsa	1.377.057	(139.721)	1.237.336
Cotas de fundos de investimento	79.433	-	79.433
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	16.029.978	95	16.030.073
Aplicações em operações compromissadas	11.429.979	95	11.430.074
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	4.599.999	-	4.599.999
Total	34.471.567	(152.352)	34.319.215

	2023		
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos / (perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	22.474.041	51.848	22.525.889
Títulos de dívida do governo brasileiro	9.667.118	65.333	9.732.451
Títulos de dívida de governo estrangeiro	12.806.923	(13.485)	12.793.438
Instrumentos de patrimônio	663.643	16.968	680.611
Ações listadas em bolsa	592.120	16.968	609.088
Cotas de fundos de investimento	71.523	-	71.523
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	32.885.773	(11.300)	32.874.473
Aplicações em operações compromissadas	25.315.773	(11.300)	25.304.473

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	7.570.000	-	7.570.000
Total	56.023.457	57.516	56.080.973

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações a termo, incluindo contratos de câmbio a liquidar, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* e são classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

- *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3.

Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

FVA (Funding Valuation Adjustments): São realizados ajustes para incorporar o impacto do

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financiamento na mensuração a valor justo de derivativos sem garantias, a fim de refletir adequadamente os custos e benefícios de financiamento associados à manutenção dessas posições. A estrutura de FVA incorpora *inputs*, como: (i) os requisitos de financiamento esperados decorrentes das posições da entidade com cada contraparte; e (ii) o custo estimado de financiamento no mercado que, para instrumentos financeiros derivativos passivos, é considerado o risco de crédito da entidade (DVA).

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 3.927.372 (2023 - 2.859.412). Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (*offsetting*):

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de <i>swap</i>	1.896.275	3.194.756	2.590.497	3.536.399
Operações a termo	32.657	16.811	-	54.410
Operações com opções	1.397.454	1.872.556	2.939.602	2.442.737
Operações com futuros	-	34.366	32.144	-
Outros derivativos	5.295.643	2.493.432	1.707.064	3.267.054
Total operações	8.622.029	7.611.921	7.269.307	9.300.600
Efeito do <i>offsetting</i> – transferido	(1.428.289)	(704.195)	(1.515.793)	(414.784)
Efeito do <i>offsetting</i> – recebido	(704.195)	(1.428.289)	(414.784)	(1.515.793)
Total do efeito do <i>offsetting</i>	(2.132.484)	(2.132.484)	(1.930.577)	(1.930.577)
Total	6.489.545	5.479.437	5.338.730	7.370.023

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor Justo	
			2024	2023
Ativo	8.347.551	274.478	8.622.029	7.269.307
Operações de <i>swap</i>	1.168.381	727.894	1.896.275	2.590.497
Operações a termo	31.265	1.392	32.657	-
Operações com opções	2.267.197	(869.743)	1.397.454	2.939.602
Operações com futuros	-	-	-	32.144
Outros derivativos	4.880.708	414.935	5.295.643	1.707.064

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	10.600.508	(2.988.587)	7.611.921	9.300.600
Operações de <i>swap</i>	5.610.732	(2.415.976)	3.194.756	3.536.399
Operações a termo	15.887	924	16.811	54.410
Operações com opções	2.491.291	(618.735)	1.872.556	2.442.737
Operações com futuros	34.366	-	34.366	-
Outros derivativos	2.448.232	45.200	2.493.432	3.267.054

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2024	2023
Ativo	1.611.065	3.781.525	1.826.148	1.403.291	8.622.029	7.269.307
Operações de <i>swap</i>	5.854	390.135	183.543	1.316.743	1.896.275	2.590.497
Operações a termo	32.657	-	-	-	32.657	-
Operações com opções	200.492	839.392	274.663	82.907	1.397.454	2.939.602
Operações futuros	-	-	-	-	-	32.144
Outros derivativos	1.372.062	2.551.998	1.367.942	3.641	5.295.643	1.707.064
Passivo	1.309.964	2.675.358	2.190.480	1.436.119	7.611.921	9.300.600
Operações de <i>swap</i>	157.322	813.787	928.067	1.295.580	3.194.756	3.536.399
Operações com opções	234.521	877.405	675.820	84.810	1.872.556	2.442.737
Operações de futuros	34.366	-	-	-	34.366	-
Operações a termo	16.811	-	-	-	16.811	54.410
Outros derivativos	866.944	984.166	586.593	55.729	2.493.432	3.267.054

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2024	2023
Operações de <i>swap</i>	24.483.054	30.992.538	10.524.649	34.042.936	100.043.177	86.123.176
Operações com opções - comprada	7.838.443	14.520.746	7.082.288	318.737	29.760.214	49.327.992
Operações com opções - vendida	8.096.365	13.146.144	7.166.845	318.737	28.728.091	42.751.012
Operações a termo	27.346.522	8.429	-	-	27.354.951	16.884.492
Outros derivativos	28.741.731	39.622.381	18.460.167	745.453	87.569.733	105.241.617

Ganhos e (perdas) referentes a carteira de derivativos:

	2024	2023
<i>Swap</i>	2.375.595	941.433
Termo	504.074	961
Opções	(704.282)	987.220
Futuros	(1.619.998)	(1.994.592)
Outros derivativos	6.341.326	(4.328.157)
Total	6.896.715	(4.393.135)

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são classificados em três níveis em uma hierarquia de valor justo baseado na observabilidade dos dados utilizados no processo de mensuração.

Nível 1: Utilizam-se dados observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, no qual possam ser obtidas informações confiáveis de valor justo sem a utilização de modelos ou ajustes internos.

Nível 2: São classificados no nível 2, instrumentos financeiros cujos dados utilizados na mensuração incluem:

- (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos;
- (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes,

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente;

(iii) informações que não possuem preços cotados para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.);

(iv) informações que são derivadas principalmente por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Consideram-se dados não são observáveis e significativos para a mensuração a valor justo do instrumento. A mensuração a valor justo de instrumentos nível 3 é baseada em modelos que incorporam um ou mais *inputs* significativos, dentre os quais, são pouco ou nada observáveis.

Instrumentos para os quais sejam considerados dados não observáveis devem ser classificados como nível 3 com exceção de que seja apresentada evidência para demonstrar que os *inputs* não observáveis não são significativos na mensuração.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2024
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	12.603.434	-	-	12.603.434
Títulos de dívida de governo estrangeiro	4.368.939	-	-	4.368.939
Operações compromissadas	-	11.430.074	-	11.430.074
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	-	4.599.999	-	4.599.999
Cotas de fundos de investimento	-	79.433	-	79.433
Ações listadas em bolsa	1.237.336	-	-	1.237.336
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	1.590.616	305.659	1.896.275
Opções flexíveis	-	983.852	4.160	988.012
Opções listadas	409.442	-	-	409.442
Operações a termo	-	32.657	-	32.657
Outros derivativos	-	5.284.868	10.775	5.295.643
Passivos financeiros – VJR				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	84.211	2.644.112	466.433	3.194.756
Opções flexíveis	-	1.705.372	7.039	1.712.411
Opções listadas	160.145	-	-	160.145
Operações a termo	-	16.811	-	16.811
Futuros	34.366	-	-	34.366
Outros derivativos	-	2.467.613	25.819	2.493.432

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros passivos financeiros

Obrigações por empréstimos	-	5.062.782	-	5.062.782
----------------------------	---	-----------	---	------------------

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2023
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	9.732.452	-	-	9.732.452
Títulos de dívida de governo estrangeiro	12.793.438	-	-	12.793.438
Operações compromissadas	-	25.304.473	-	25.304.473
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	-	7.570.000	-	7.570.000
Debêntures	-	35.089	-	35.089
Cotas de fundos de investimento	-	71.523	-	71.523
Ações listadas em bolsa	609.088	-	-	609.088
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	72.309	2.518.187	-	2.590.496
Opções flexíveis	-	1.772.877	753.667	2.526.544
Opções listadas	413.058	-	-	413.058
Futuros	22.144	-	-	22.144
Outros derivativos	-	1.707.064	-	1.707.064
Passivos financeiros – VJR				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	3.536.399	-	3.536.399
Opções flexíveis	-	1.214.927	1.035.735	2.250.662
Opções listadas	192.075	-	-	192.075
Operações a termo	-	54.410	-	54.410
Outros derivativos	-	3.267.054	-	3.267.054
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	3.118.817	-	3.118.817

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	2024	2023
Saldo inicial	(282.068)	2.124.039

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Novas operações	(13.464)	-
Liquidação de operações	50.798	(59.375)
Resultado das operações no exercício	66.037	(2.346.732)
Saldo final	(178.697)	(282.068)

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Não foram apresentado saldos de ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados no exercício encerrado em dezembro de 2024.

	2023		
Ativos financeiros - VJORA	Valor de Custo	Ganhos / (perdas)	Valor Justo
Instrumentos de dívida	35.302	(213)	35.089
Debêntures	35.302	(213)	35.089

8. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta pelos ativos financeiros listados abaixo:

Ativo Financeiro	2024	2023
	Valor de Custo	Valor de Custo
Empréstimos	333.078	253.274
Títulos descontados	1.531.930	1.297.321
Empréstimos de ação	590.134	134.130
Outros créditos a receber	364.001	737.266
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	535.229	978.769
(-) Perda esperada	(92.399)	(31.811)
Total	3.261.973	3.368.949

A totalidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 3.261.973 (2023 - R\$ 3.368.949), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo.

Em 2024, as operações de crédito em atraso somavam R\$82.580 (2023 – sem operações de crédito em atraso).

Situação de vencimento da carteira:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2024	2023
Vencimentos ate um ano	2.893.769	2.900.979
Vencimentos após um ano	368.204	467.970
Total	3.261.973	3.368.949

b. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2024	2023
Ativo Financeiro	Valor de Custo	Valor de Custo
Aplicações em moeda estrangeira	404.469	743.137
Aplicações em operações compromissadas	10.756.497	7.016.339
Aplicações em depósitos voluntários no BACEN	13.900.000	13.999.999
Aplicações em depósitos interfinanceiros	514.091	574.932
Total	25.575.057	22.334.407

As operações com instituições financeiras possuem vencimento em até 12 meses.

c. Outros ativos financeiros

	2024	2023
Ativo Financeiro	Valor de Custo	Valor de Custo
Negociação e intermediação de valores	1.071.480	1.027.012
Outros	15.054	15.371
Total	1.086.534	1.032.383

d. Classificação por estágios e provisão para perda esperada

	2024			
Ativo Financeiro	Estágios			Total
	1	2	3	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.182.474	89.318	82.580	3.354.372
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	25.575.057	-	-	25.575.057
Outros ativos financeiros	1.086.534	-	-	1.086.534
(-) Perda esperada	(9.524)	(295)	(82.580)	(92.399)
Total	29.834.541	89.023	-	29.923.564

2023

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Estágios			Total
	1	2	3	
Ativo Financeiro				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.976.714	351.063	72.983	3.400.760
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	22.334.407	-	-	22.334.407
Outros ativos financeiros	1.032.383	-	-	1.032.383
(-) Perda esperada	<u>(8.135)</u>	<u>(9.509)</u>	<u>(14.167)</u>	<u>(31.811)</u>
Total	26.335.369	341.554	58.816	26.735.739

Foram classificados no estágio 3, ativos problemáticos que apresentaram evidências objetivas de redução do valor recuperável, apresentando um ou mais dos indícios descritos na nota 3 (e (I)). Estes ativos foram renegociados e reestruturados, e estão apresentados pelo valor líquido de provisão conforme indicado pelas normas internacionais.

Os contratos de empréstimos e adiantamentos a clientes classificados no estágio 2 referem-se a operações que apresentaram deterioração na classificação por risco de crédito desde sua contratação.

Adicionalmente o Consolidado possui provisão para perda esperada para garantias prestadas a clientes conforme abaixo:

	2024		
	Estágios		Total
Ativo Financeiro	1	2	
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	246.381	313.850	560.231
(-) Perda esperada	<u>(977)</u>	<u>(1.629)</u>	<u>(2.606)</u>
Total	245.404	312.221	557.625

	2023		
	Estágios		Total
Ativo Financeiro	1	2	
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	457.677	9.420	467.097
(-) Perda esperada	<u>(2.793)</u>	<u>(4)</u>	<u>(2.797)</u>
Total	454.884	9.416	464.300

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2024**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Ativo tangível

	Saldo inicial - 2024			Movimentação - 2024				Saldo final - 2024		
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	62	-	62	3.960	(3.674)	-	-	348	-	348
Imóveis de uso	80.589	(8.384)	72.205	7.066	(5.625)	(12.501)	2.159	73.646	(10.342)	63.304
Instalações, móveis e equipamentos de uso	27.506	(3.282)	24.224	3.214	(88)	(4.229)	238	27.350	(3.991)	23.359
Sistema de processamento de dados	19.367	(3.627)	15.740	8.790	(3.511)	(6.259)	2.835	21.019	(3.424)	17.595
Outros	7.818	(1.338)	6.480	3.186	(475)	(1.913)	634	9.191	(1.279)	7.912
	135.342	(16.631)	118.711	26.216	(13.373)	(24.902)	5.866	131.554	(19.036)	112.518
	Saldo inicial - 2023			Movimentação - 2023				Saldo final - 2023		
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	408	-	408	1.342	(1.688)	-	-	62	-	62
Imóveis de uso	91.048	(11.578)	79.470	12.345	(11.226)	(12.113)	3.729	80.589	(8.384)	72.205
Instalações, móveis e equipamentos de uso	31.142	(5.648)	25.494	3.890	(1.878)	(4.991)	1.709	27.506	(3.282)	24.224
Sistema de processamento de dados	17.239	(7.190)	10.049	13.103	(3.785)	(8.805)	5.178	19.367	(3.627)	15.740
Outros	5.603	-	5.603	2.583	(368)	(1.985)	647	7.818	(1.338)	6.480
	145.440	(24.416)	121.024	33.263	(18.945)	(27.894)	11.263	135.342	(16.631)	118.711

(*) A depreciação é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

Na aquisição dos ativos tangíveis o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Ativo intangível

		<u>Saldo inicial – 2024</u>			<u>Movimentação – 2024</u>			<u>Saldo final - 2024</u>		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>	<u>Baixas</u>	<u>Impairment*</u>	<u>Baixa de Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Código fonte		1.825	-	1.825	1.825	-	-	-	-	-
		1.825	-	1.825	1.825	-	-	-	-	-
		<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>Saldo inicial – 2023</u>			<u>Movimentação – 2023</u>			<u>Saldo final - 2023</u>		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>	<u>Baixas</u>	<u>Impairment*</u>	<u>Baixa de Amortização</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Total</u>
Código fonte		1.825	-	1.825	-	-	-	1.825	-	1.825
		1.825	-	1.825	-	-	-	1.825	-	1.825
		<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>	<u>-</u>	<u>1.825</u>

O intangível está representado por código fonte sem vida útil definida.

(*) Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios econômicos futuros.

Em dezembro de 2023, os saldos de ativos intangíveis incluíam a aquisição de Código Fonte, cujo valor era de R\$ 2.500. Este ativo foi baixado em 2024, devido ausência de expectativa de benefícios futuros para a entidade.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Passivos financeiros

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

	2024		
Passivos Financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Justo
Obrigações por empréstimos	5.063.533	(751)	5.062.782
Operações compromissadas	5.063.533	(751)	5.062.782
Total	5.063.533	(751)	5.062.782

	2023		
Passivos Financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Justo
Obrigações por empréstimos	3.119.499	(682)	3.118.817
Operações compromissadas	3.119.499	(682)	3.118.817
Total	3.119.499	(682)	3.118.817

Em 2024 e 2023, os passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado possuíam vencimento em até 12 meses.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2024			2023
Passivos financeiros - Custo amortizado	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósitos de clientes	10.758.824	7.912.135	18.670.959	24.800.317
Depósitos a prazo	9.361.390	7.912.135	17.273.525	23.657.020
Depósitos à vista	1.397.434	-	1.397.434	1.143.292
Depósitos em moedas estrangeiras	-	-	-	5
Depósitos de instituições financeiras	132.921	435.745	568.666	498.121
Depósitos interfinanceiros	132.921	435.745	568.666	498.121
Obrigações por empréstimos	25.325.043	-	25.325.043	39.515.974
Empréstimos no exterior	20.840.943	-	20.840.943	38.405.294
Operações compromissadas	4.484.100	-	4.484.100	1.110.680
Outros passivos financeiros	6.225.712	-	6.225.712	5.317.654
Negociação e intermediação de valores	6.225.712	-	6.225.712	5.317.654
Total	42.442.500	8.347.880	50.790.380	70.132.066

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, com vencimento em até um ano. As taxas de juros para as captações em dólar americano variam entre 3,76% a 4,42% a.a. (2023 – 4,55% a 5,36% a.a.).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros ativos e passivos

	Circulante	Não Circulante	2024	2023
Outros ativos	2.425.122	793.733	3.218.855	3.668.940
Devedores por depósito em garantia	-	793.733	793.733	758.319
Reservas no Banco Central (1)	2.229.502	-	2.229.502	2.681.023
Rendas a receber	135.846	-	135.846	125.777
Devedores diversos - exterior	3.542	-	3.542	77.911
Diversos	56.232	-	56.232	25.910
Outros passivos	679.391	303.972	983.363	787.558
Sociais e estatutárias	39.004	-	39.004	34.644
Provisão para pagamentos com despesa de pessoal	470.544	303.972	774.516	611.780
Provisão para outros pagamentos	42.098	-	42.098	47.983
Credores diversos - exterior	33.771	-	33.771	32.464
Diversos	93.974	-	93.974	60.687

Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela IFRS 9, os saldos de Negociação e intermediação de valores estão classificados como Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 8(c)) e outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11 (b)).

(1) O valor é composto por reservas compulsórias no Banco Central no valor de R\$ 1.695.083 (dezembro de 2023 – R\$ 2.570.934) e reserva PIX no valor de R\$ 534.419 (dezembro de 2023 – R\$ 110.089).

13. Contingências e outros compromissos

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não inclui estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	2024		2023	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais e previdenciárias	742.222	482.551	714.795	464.139
Cíveis	21.740	89.229	21.795	85.329
Trabalhistas	24.771	24.096	21.729	26.561
Total	788.733	595.876	758.319	576.029

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-bases demonstradas acima.

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias	Cíveis	Trabalhistas	Total 2024
Saldo inicial	464.139	85.329	26.561	576.029
Despesas financeiras - juros	18.505	3.901	2.609	25.015
Constituições	722	12	782	1.516
Reversões	(55)	(6)	(298)	(359)
Pagamentos	(760)	(7)	(5.558)	(6.325)
Total	482.551	89.229	24.096	595.876

	Fiscais e previdenciárias	Cíveis	Trabalhistas	Total 2023
Saldo inicial	504.143	81.295	21.561	606.999
Despesas financeiras - juros	23.306	4.171	2.502	29.979
Constituições	-	-	2.790	2.790
Anistia	(253)	-	-	(253)
Reversões	(5.115)	-	(128)	(5.243)
Pagamentos	(57.942)	(137)	(164)	(58.243)
Total	464.139	85.329	26.561	576.029

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos:

- (i) Imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 155.715 (2023 - R\$ 148.369);
- (ii) Contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 62.076 (2023 - R\$ 59.704);
- (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 28.615 (2023 - R\$ 27.749);
- (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 52.727 (2023 - R\$ 50.056);
- (v) IOF/ Câmbio de investidor não residente no qual o Banco foi autuado na qualidade de responsável tributário no valor de R\$ 950.039 (2023 - R\$ 899.850). O Banco possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsão contratual.
- (vi) A Distribuidora possuía um processo administrativo de natureza tributária classificado como risco de perda possível, decorrente de um auto de infração relativo a Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos líquidos auferidos por investidores não residentes, no valor de R\$ 517.141. A Distribuidora foi autuada na condição de representante legal dos investidores e possuía direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de custódia. O processo foi arquivado em novembro de 2024, após a autuação ter sido cancelada em sua integralidade, não havendo mais risco de perda para a instituição
- (vii) Em novembro/24 o Banco recebeu 2 novas autuações da Prefeitura de São Paulo sobre o mesmo assunto, no importe total de R\$ 49.498 mas envolvendo outros períodos. O risco de perda também é classificado como possível pelos advogados responsáveis pela sua defesa.
- (viii) Outros casos que totalizam R\$ 100.205 (2023 - R\$ 41.795).

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 17.400 (2023 - R\$ 16.497).

(a.6) Ações cíveis

O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos (“Acordo”), que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”) no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo de adesão por até 60 meses adicionais.

Com relação ao Plano Real, o STF julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 77, declarando constitucional o art. 38 da Lei que instituiu referido plano.

Quanto aos demais Planos Econômicos, estes ainda dependem de uma decisão final do STF que, em razão da grande relevância do tema, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no STF.

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 34 (2023 – R\$ 400).

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Diferenças temporárias	819.345	637.863
Contingências	190.480	182.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.595	39.746
Provisão para honorários advocatícios	12.244	11.029
Provisão para participação nos lucros	123.401	136.570
Marcação a mercado - Trading	273.276	173.014
Marcação a mercado – Available for Sale	-	96
Unidades de ações restritas – RSU	184.706	88.542
Outros	(7.357)	6.746
Créditos tributários – ativo	953.164	637.863
Obrigações fiscais diferidas – passivo	1.253.206	573.177

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 547.630 (2023 - R\$ 93.463), tendo sido realizado R\$ 232.329 (2023 - R\$ 468.933) sobre diferenças temporárias.

Em 2024 foi constituído passivo fiscal diferido passivo no valor de R\$ 680.121 (2023 - 581), tendo sido realizado o valor de R\$ 92 (2023 - R\$ 410.229).

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 534.019 (2023 - R\$ 453.861).

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (I)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.091.234	2.703.040
Juros sobre capital próprio	(618.000)	(535.000)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado Ajustado	<u>1.473.234</u>	<u>2.168.040</u>
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (1)	(638.191)	(942.741)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	73.949	143.993
Outras	<u>(1.182)</u>	<u>3.943</u>
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo IRPJ e CSLL no exercício	<u>72.767</u>	<u>147.936</u>
	<u>(565.424)</u>	<u>(794.805)</u>

(1) Considera alíquotas conforme descrito na nota explicativa 3(m).

15. Patrimônio líquido

O capital social do Banco é formado por 5.655 ações ordinárias (dezembro de 2023 – 5.661 ações ordinárias), todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 02 de setembro de 2024, foi aprovado o cancelamento de 6 ações ordinárias as quais eram mantidas em tesouraria no valor de R\$ 4.940.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício do Banco, apurado de acordo com as regras contábeis do Banco Central do Brasil, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 400.000, os quais serão atribuídos a título de dividendos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 340.000 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em fevereiro de 2023.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2023 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 750.000 mediante capitalização de parte da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária” e sem emissão de novas ações. Conforme Resolução CMN nº 4.970, de 2021, aumentos de capital por incorporação de reservas de capital e de lucros realizados não dependem de autorização do Banco Central.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizadas em novembro e dezembro de 2023, foram aprovadas distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante total de R\$ 535.000, os quais serão atribuídos a títulos de dividendos. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 80.250. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 454.750 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital e as demais ações foram aprovadas pelo BACEN em janeiro e fevereiro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de setembro de 2024 foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 200.000 mediante capitalização de parte da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária” e sem emissão de novas ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de novembro de 2024 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 575.000 e a utilização do

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor líquido de R\$ 488.750 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2024 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 43.000 e a utilização do valor líquido de R\$ 36.550 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2025.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em novembro e dezembro de 2024, foram aprovadas distribuições de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante total de R\$ 618.000 (nota 3(j)), os quais são atribuídos a título de dividendos mínimos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 92.700. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 525.300 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital e as demais ações foram aprovadas pelo BACEN em dezembro de 2024 e fevereiro de 2025.

16. Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aplicações no mercado aberto	3.743.126	4.288.901
Aplicações em títulos de renda fixa	2.103.911	2.785.834
Empréstimos e adiantamentos	2.814.759	1.820.144
Aplicações no exterior	11.721	16.792
Outros ativos financeiros	51.565	71.606
	<u>8.725.082</u>	<u>8.983.277</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidado compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Passivos financeiros	(1.986.647)	(2.736.915)
Depósitos	(2.304.182)	(1.608.081)
Despesas de operações compromissadas	(768.950)	(1.301.803)
Outros passivos financeiros	(33.196)	(9.888)
	<u>(5.092.975)</u>	<u>(5.656.687)</u>

c) Ganhos/(perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Instrumentos financeiros	6.095.746	(5.046.170)
Instrumentos de dívida e patrimônio	833.597	1.489.368
	<u>6.929.343</u>	<u>(3.556.802)</u>

17. Receita de tarifas e comissões

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas com comissões de colocação de títulos	30.746	98.687
Receita de administração de fundos	83.882	114.835
Receita de serviços de assessoria e consultoria	79.354	102.631
Receita de serviços – exterior	641.767	416.018
Rendas de corretagem - B3	273.150	264.461
Rendas de serviços de custódia	54.782	52.112
Outras receitas	44.663	92.701
	<u>1.208.344</u>	<u>1.141.445</u>

18. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando uma despesa de R\$ 7.564.469 (receita em 2023 – R\$ 3.717.103).

19. Despesas tributárias

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	<u>(177.034)</u>	<u>(240.159)</u>
	<u>(177.034)</u>	<u>(240.159)</u>

20. Outras despesas administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(314.031)	(242.037)
Despesas com serviços de terceiros	(75.953)	(60.584)
Despesas com viagens	(29.365)	(25.111)
Despesas com sistemas e tecnologias	(41.185)	(47.171)
Despesas com aluguéis	(8.527)	(8.699)
Outros	(83.508)	(72.033)
	<u>(552.569)</u>	<u>(455.635)</u>

21. Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 27.082 (2023 – R\$ 25.638) para o fundo de pensão.

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2024	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2024	268.837	38.607
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	104.916	17.436
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(101.339)	(14.939)
Transferência/saída de funcionários	(7.800)	(1.107)
Ações em circulação em 31/12/2024	264.614	(39.997)
	2023	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2023	237.757	33.722
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	121.052	16.998
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(83.222)	(11.550)
Transferência/saída de funcionários	(6.750)	(564)
Ações em circulação em 31/12/2023	268.837	38.607

O valor contabilizado no passivo em 2024 foi de R\$ 357.833 (2023 – R\$ 253.155) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 170.618 (2023 – R\$ 117.936), incluindo os encargos sociais.

22. Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2024, o índice de Basileia do Consolidado era de 22.26% (2023 - 16,47%), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	11.234.021	9.973.209
Risco de crédito	11.693.463	15.701.788
Risco de mercado	30.367.134	38.267.984
Risco operacional	8.412.999	6.595.597
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	50.473.596	60.565.369
Índice de Basileia (IB)	22.26%	16,47%
PR mínimo exigido para RWA	4.037.888	4.845.230

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicional de capital principal	1.261.840	1.514.134
Risco da carteira <i>banking</i>	197.144	88.301
Total de capital requerido	5.496.872	6.447.665
Margem sobre o capital requerido	5.737.149	3.525.544

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

23. Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2024		2023	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	18.516	-	35.461	-
JP Morgan Chase Bank London – GMI	5.786	-	19.014	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	11.467	-	113	-
JPMorgan Chase Bank. NA Tokyo	327	-	16.334	-
JPMorgan Chase Bank. National Association	936	-	102	-
Aplicações em moeda estrangeira	404.521	11.720	743.138	18.743
JPMorgan Chase Bank. National Association	404.521	11.720	743.138	18.570
JPMorgan Chase Bank. N.A. - London Branch	-	-	-	173
Outros ativos (passivos)	(4.081.038)	747.436	(1.615.159)	598.942
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	(2.576.508)	65.444	(411.061)	67.991
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	145	4.103	726	3.914
JPMorgan Chase Bank. National Association	27.209	168.971	106.593	145.371
J.P. Morgan Securities LLC	(3.541)	70.702	(92.105)	97.569
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	19.733	164.504	11.953	110.469
Lawton Multimercado	9.496	86.385	6.355	66.913

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024		2023	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
JPMorgan Chase Bank. N.A. - London Branch	(1.542.384)	182.016	(1.230.499)	98.128
J.P. Morgan Bank Luxembourg S.A.	(16.848)	-	(16.503)	-
JP Morgan International Finance	-	-	-	-
J.P. Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(252)	(745)	9.382	8.587
	1.666	4.301	-	-
J.P. Morgan SE				
J.P. Morgan Ventures Energy Corporation	246	1.755	-	-
Depósitos	(2.418.126)	(700.828)	(6.117.362)	(333.239)
Chase Manhattan Holdings Ltda.	(41.749)	(1.954)	(6.598)	(739)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(32.929)	(3.166)	(31.043)	(3.509)
HCM Participações Brasil Ltda	(63.211)	(5.163)	(37.934)	(13.538)
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(158.263)	(15.501)	(156.049)	(7.026)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(33.957)	(4.733)	(79.543)	(14.228)
Norchem Holdings e Negócios Ltda	(115.018)	(11.154)	(107.971)	(11.435)
Norchem Participações e Consultoria Ltda	(28.491)	(2.747)	(26.237)	(2.926)
Gaborone Participações Ltda.	(6.001)	(402)	(3.134)	(280)
Lawton Multimercado	(1.506.181)	(614.146)	(5.296.526)	(236.570)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(432.326)	(41.862)	(372.327)	(42.988)
Obrigações por operações compromissadas	(8.697.628)	(407.166)	(3.261.254)	(738.554)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(152.499)	(13.355)	(141.073)	(24.691)
Lawton Multimercado	(8.545.129)	(393.811)	(3.120.181)	(713.863)
Instrumentos financeiros derivativos	450.161	(1.501.974)	(885.160)	(7.477.836)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(6.627)	(129.308)	(77.244)	322.479
Lawton Multimercado	354.911	(1.547.138)	(734.695)	(7.638.035)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	101.877	174.472	(73.221)	(162.280)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(20.843.616)	(1.856.139)	(38.405.294)	(1.566.067)
JPMorgan Chase Bank. National Association	(20.843.616)	(1.856.139)	(38.405.294)	(1.566.067)
Despesa de pessoal	(244.248)	(136.054)	(183.158)	(77.112)
JPMorgan Chase & CO.	(244.248)	(136.054)	(183.158)	(77.112)
Operação de Câmbio	(60)	(8.939)	-	(30.648)
JPMorgan Chase Bank National Association. São Paulo Branch	(60)	(8.939)	-	(30.648)

Não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados.

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e encargos	35.279	27.491
Participação nos lucros e gratificações	84.248	91.524
Encargos sobre gratificações	28.957	31.553
Planos de aposentadoria e pensão	1.172	914
Outros benefícios	2.356	1.681

24. Principais diferenças adotadas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

Estão apresentados abaixo o quadro com a apresentação entre as diferenças adotadas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, com a descrição dos principais ajustes para o exercício de 2024;

Patrimônio Líquido em BRGAAP	<u>10.890.203</u>
Conversão dos saldo em moeda estrangeira para SPOT interna	(29.866)
Ajuste de precificação de instrumentos financeiros (FVA)	123.943
Provisões para perdas esperadas	(6.352)
Outros	10.643
Reversão Ativo Fiscal Diferido	<u>(44.265)</u>
Patrimônio Líquido em IFRS	<u>10.944.306</u>

25. Gerenciamento de riscos financeiros

O Consolidado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Consolidado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelas empresas do Conglomerado. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (commodities).

O estabelecimento de funções segregadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de risco de mercado (encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos) proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de riscos. Os limites estabelecidos têm como objetivo assegurar o alinhamento das exposições a risco de mercado com o apetite ao risco do Conglomerado.

As operações realizadas restringem-se a mercados e produtos autorizados para os quais é realizada identificação prévia dos riscos inerentes e verificação da adequação da infraestrutura de controle.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado.

A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infra-estrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (Chief Risk Officer, CRO).

O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo Value at Risk (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

Valor de mercado;

Basis Point Value (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros;

Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;

Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;

Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;

Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e commodities).

Estrutura de limites

Os limites são estabelecidos pela Área de Riscos de Mercado e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, “Stop-Loss” e de sensibilidades (limites não-estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil (“BRC”) e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

VaR

Fator de risco	2024	2023
----------------	------	------

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Moeda estrangeira & taxa de juros	18.542	23.982
Renda variável	2.747	13.666
Efeito diversificação	(2.620)	(7.735)
Total	18.669	29.913

Relatório de risco de mercado – exposição

Fator de risco		2024	2023
BPV	Juros Pré	(100)	(322)
	Inflação	(293)	(296)
	USD	45	(269)
	USD - On	(486)	215
	Outros	15	8
FX Delta	USD	(9.043)	67.572
	JPY	(2.552)	(4.207)
	EUR	(81.591)	(268.821)
	GBP	(30.377)	32.931
	Outras	214.839	261.677
Ações	Delta	(73.359)	506.951

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	2024	2023
<i>Bond Sell Off</i>	(104.607)	59.882
<i>Comdty Sell Off</i>	(208.075)	(71.987)
<i>Credit Crisis</i>	(401.346)	(369.503)
<i>Basis</i>	342.287	306.167
<i>EM Sell Off</i>	(301.122)	(189.789)
<i>Equity Collapse</i>	(592.404)	49.628

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<i>EURO Zone</i>	(287.989)	(282.753)
<i>Gen. Recovery</i>	87.534	172.158
<i>Inflation</i>	(516.722)	(198.732)
<i>Oil Crisis</i>	61.806	122.360
<i>USD Crisis</i>	(319.278)	(284.747)

Cenários:

- Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- Bond Sell Off é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista (“hawkish”).
- Inflation. Similar ao Bond Sell Off, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- USD Crisis é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.
- Commodities Sell Off é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de commodities.
- Emerging Markets Sell Off é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.
- EURO Zone é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Europeia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- General Recovery: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- Basis é representado pela expectativa de que um ou mais dealer precise sair de suas posições mais ilíquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais.
- Energy Crisis é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio.

(b) Risco operacional

É o risco de um resultado adverso resultante de processos ou sistemas internos inadequados ou falhos, fatores humanos, ou eventos externos que impactam os processos ou sistemas. O Risco Operacional inclui compliance, conduta, legal, estimativas e risco de modelo. Este risco é inerente às atividades do Conglomerado e pode se manifestar de várias formas, incluindo atos fraudulentos, interrupções nos negócios (incluindo aquelas causadas por eventos extraordinários fora do controle tais como desastres naturais), ataques cibernéticos, comportamento inadequado de funcionários, descumprimento de leis, regras aplicáveis e regulamentos ou falha de fornecedores ou outros fornecedores terceirizados em

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cumprir seus contratos. A Gestão de Risco Operacional tenta administrar o risco operacional em níveis apropriados considerando a posição financeira, as características da estrutura de negócios e dos mercados e ambientes regulatórios em que o Conglomerado opera.

O Risco Operacional é parte integrante da estrutura de Compliance, Conduta e Risco Operacional (CCOR – na sigla em inglês) da Firma, implementada globalmente de forma a permitir que suas subsidiárias governem, identifiquem, meçam, monitorem e testem, gerenciem e relatem o risco.

As unidades de negócios e funções corporativas do Conglomerado são responsáveis pela identificação, avaliação e controle do risco operacional, com o suporte da área de Gestão de Controles que é responsável pela execução diária do arcabouço do Gerenciamento do Risco Operacional incluindo a avaliação da eficácia de seus controles e a identificação dos riscos.

O Conglomerado mantém uma supervisão da execução das políticas, práticas e governança de risco operacional. A área de gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem ferramentas específicas utilizadas em todo o Conglomerado e alinhadas com a matriz. Os comitês de governança de risco contam com representantes do risco operacional e são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação, permitir escalar eventos significativos, riscos emergentes e garantir a solução dos problemas relacionados aos riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;
- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
 - gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
 - garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
 - mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
 - garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- o garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter atualizado o plano de contingência.

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução 4.557.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a considerável participação dos ativos líquidos nos ativos totais e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo.

Indicadores de Liquidez	2024	2023
Ativos líquidos / Ativos totais	75,7%	81,77%
Ativos líquidos / Recursos de curto prazo	116,3%	103,80%

Segue relatório com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

Liquidez Total Disponível		
R\$ milhões	2024	2023
Dia 1	30.387	55.953
2 – 7	34.169	55.099
8 – 14	34.211	55.051
15 – 30	34.047	55.063
31 - 60	33.599	55.231
61 - 90 dias	33.625	54.803

Teste de Estresse

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez semanalmente, utilizando o modelo corporativo de estresse. São aplicados fatores de ponderação por tipo de produto com o intuito de representar os efeitos de um cenário de estresse de liquidez.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de Contingência

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficiência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Riscos, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito

É definido como a possibilidade de perda devido ao não recebimento dos valores contratados com clientes, resultante da incapacidade econômico-financeira da contraparte. No Brasil, as principais responsabilidades da área de crédito incluem a avaliação da capacidade dos clientes de gerar recursos suficientes para cumprir suas obrigações, a atribuição de uma classificação de risco (rating), a aprovação independente dos limites de crédito concedidos aos clientes, o monitoramento e gerenciamento do uso desses limites, e a implementação de ações para ajustar os riscos diante de uma possível deterioração do crédito. Para minimizar o risco de crédito, são utilizados mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito, considerando possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, garantindo assim uma distribuição equilibrada dos riscos.

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de Quantitative Research (QR).

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

MRGR (Model Risk Governance and Review Group) é um grupo independente e responsável por estabelecer o rigoroso processo de governança. Tem como principal função revisar e aprovar novos modelos bem como mudanças significativas nos existentes de modo a permitir a manutenção do seu uso.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valuation Control Group (VCG) é a área responsável por aprovar as fontes para todos os preços de mercado e outros parâmetros usados nas rotinas de precificação mensal e deve fornecer as diretrizes e a pré-aprovação nos casos em que a precificação de um contrato seja diferente de sua essência. VCG também é responsável pelos ajustes de preços realizados de forma totalmente independente, além de determinar a metodologia para computar estes ajustes de precificação, garantindo o reconhecimento destes nas demonstrações financeiras da instituição.

* * *